



By @kakashi_copiador

Aula 20 - Profº Vinícius de Oliveira

CNU (Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e Engenharia) Passo de Conhecimentos Específicos - Eixo Temático 1 - Gestão Governamental e Governança Pública - 2024 (Pós-Edital)

**Tulio Lages, Vinicius Rodrigues de
Oliveira**

29 de Março de 2024

SIMULADO

Sumário

Introdução	1
OBJETIVOS DO SIMULADO	1
REGRAS PARA EXECUÇÃO DO SIMULADO	2
O QUE FAZER APÓS A CONCLUSÃO DO SIMULADO	2
Simulado de Questões Inéditas.....	3
QUESTÕES	3
GABARITO	6
Questões Comentadas	7
Conclusão	14

INTRODUÇÃO

Olá, pessoal, tudo bem?

Este é o nosso simulado com questões inéditas referentes aos assuntos:

- a) **Transparência e Accountability**
- b) **Processos Participativos de Gestão Pública**

OBJETIVOS DO SIMULADO

A intenção do simulado é dar ao aluno a oportunidade de fazer um teste que assemelhe às condições de prova e, assim, verificar como se sairia se ela fosse realizada agora, com os conhecimentos que já tem.

Assim, é interessante **não fazer nenhuma revisão específica antes de realizar esse teste**, para que se tenha uma nota mais representativa das suas condições atuais.



Não custa lembrar que se trata de um mero simulado e, por isso, o aluno não deve ter medo de errar as questões aqui apresentadas. Vale aqui a máxima de que **é melhor errar agora do que no dia da prova**. Os erros devem ser vistos como uma **oportunidade para revisar o conteúdo ainda deficiente do estudo**.

Assim como será no dia da sua prova, este simulado também está sujeito a algumas regras básicas. Nada de exagero, somente critérios mínimos que precisam ser obedecidos na hora da execução para que o resultado tenha alguma relevância. ☺

REGRAS PARA EXECUÇÃO DO SIMULADO

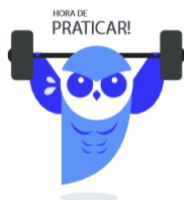
1. O simulado deve ser **feito sem consulta nenhuma**;
2. O simulado deve ser feito no **tempo máximo de 30 minutos**, marcados no relógio;
3. O simulado deve ser feito **sem interrupções**; e
4. Somente consulte o **gabarito de alguma questão após o término do simulado**.

O QUE FAZER APÓS A CONCLUSÃO DO SIMULADO

Os simulados são uma boa oportunidade para aprender coisas novas e para fixar os conteúdos já estudados. Por isso, é importante que o aluno reserve um tempo, logo após a conclusão das questões, para adotar algumas medidas:

1. **Revisar** com atenção todos os seus **erros**;
2. **Revisar** com atenção todos os pontos que foram **objeto de dúvida** ao longo do simulado, **mesmo que tenha acertado** (anote as dúvidas ao longo da execução das questões); e
3. **Ajustar as suas anotações e marcações**, se for necessário.

Vamos começar?



SIMULADO DE QUESTÕES INÉDITAS

QUESTÕES

1. Entende-se que o desenvolvimento de uma cultura política e da consciência popular são os primeiros passos para uma democracia verdadeiramente participativa e para a *accountability* do serviço público. Nas sociedades democráticas mais modernas aceita-se como natural e espera-se que os governos e o serviço público sejam responsáveis perante os cidadãos. Acredita-se que o fortalecimento da *accountability* e o aperfeiçoamento das práticas administrativas caminham juntos. Nesse sentido, marque a assertiva que correlaciona corretamente os conceitos relacionados a seguir:
 - I. É aquela exercida por meio do controle mútuo (“check and balances”) entre os Poderes da República ou por meio de órgãos autônomos, tais como as controladorias e os tribunais de contas.
 - II. É o controle exercido pela população sobre os políticos e governos. Seus principais mecanismos são o voto e a ação popular, de modo que também é conhecido como *accountability* democrático ou eleitoral.
 - III. É o controle exercido pela sociedade civil, sendo representada por ONGs, sindicatos, associações.
 1. *Accountability* Societal
 2. *Accountability* Vertical
 3. *Accountability* Horizontal
 - a) I-1 / II-2 / III-3
 - b) I-3 / II-2 / III-1
 - c) I-2 / II-3 / III-1
 - d) I-3 / II-1 / III-2
 - e) I-2 / II-1 / III-3
2. A principal questão enfrentada pelo Estado brasileiro, após a redemocratização, tem sido harmonizar as crescentes demandas sociais com condições de governança. A ideia de gestão pública eficaz, hoje, pressupõe a realização dos direitos fundamentais e sociais constitucionalmente assegurados, a presença concreta do caráter democrático traduzido no desenho institucional da gestão e o permanente diálogo entre ambiente público e a sociedade. É inquestionável que as transformações ocorridas no aparelho do Estado brasileiro e que desaguam na gestão pública contemporânea interessam ao estudo de todas as formas de *accountability*. Nesse sentido, marque a opção que contém hipóteses de *accountability* vertical e societal.
 - a) Controle de legalidade de ato administrativo efetuado pelo Poder Judiciário. Controle social realizado por cidadão ao ingressar com ação popular.



- b) Controle efetuado pelo Tribunal de Contas sustando ato administrativo por suposta irregularidade. Controle social realizado por cidadão ao ingressar com ação popular.
 - c) Controle social realizado por cidadão ao ingressar com ação popular. Denúncia ao Ministério Público efetuado por jornal acerca de fraude em contratação de servidores comissionados.
 - d) Controle de legalidade de ato administrativo efetuado pelo Poder Judiciário. Denúncia ao Ministério Público efetuado por jornal acerca de fraude em contratação de servidores comissionados.
 - e) Controle efetuado pelo Tribunal de Contas sustando ato administrativo por suposta irregularidade. Denúncia ao Ministério Público efetuado por jornal acerca de fraude em contratação de servidores comissionados.
3. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso. Sobre as restrições de acesso à informação, marque a assertiva incorreta:
- a) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
 - b) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são de vinte e cinco anos, no caso de informação ultrassecreta, de quinze anos, no caso de informação secreta, e de cinco anos, no caso de informação reservada.
 - c) Alternativamente aos prazos previstos para restrição de acesso à informação, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, ainda que este ocorra após o transcurso do prazo máximo de classificação.
 - d) As informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação.
 - e) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
4. Sobre a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.
- a) A Lei de Acesso à Informação autoriza o órgão público a fazer exigências ao requerente referente aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
 - b) A Lei de Acesso à Informação abrange as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos.
 - c) O acesso a informações junto a órgãos e entidades do Poder Público, na forma disciplinada pela Lei de Acesso à Informação, não engloba auditorias ou tomadas de contas em curso no



âmbito de órgãos de controle interno e projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

- d) A Lei de Acesso à Informação abrange somente a Administração direta e indireta do Poder Executivo.
- e) A Lei de Acesso à Informação prevê a observância do sigilo como preceito geral, o qual, no entanto, pode ser excepcionado.

5. Sobre os processos participativos de gestão pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A participação social está entre as formas de se promover centralização do processo decisório, pois cada ator social toma decisão a respeito do que lhe cabe.
- b) Embora debates, audiências e consultas públicas acerca de propostas de planos plurianuais, de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual devam ser incluídos em uma gestão orçamentária participativa, sua realização não representa condição obrigatória para a aprovação desses dispositivos na câmara municipal.
- c) Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, por representarem a concreta participação da sociedade na formulação e execução de políticas públicas, devem ser integralmente compostos de representantes da sociedade civil.
- d) Controle e participação social podem ocorrer tanto no planejamento quanto na execução das ações de governo.
- e) O orçamento participativo é uma técnica orçamentária caracterizada pela participação da sociedade, em substituição ao poder público, como agente elaborador da proposta orçamentária que é posteriormente enviada ao Poder Legislativo.



GABARITO

GABARITO



1. B
2. C
3. C
4. B
5. D



QUESTÕES COMENTADAS

1. Entende-se que o desenvolvimento de uma cultura política e da consciência popular são os primeiros passos para uma democracia verdadeiramente participativa e para a *accountability* do serviço público. Nas sociedades democráticas mais modernas aceita-se como natural e espera-se que os governos e o serviço público sejam responsáveis perante os cidadãos. Acredita-se que o fortalecimento da *accountability* e o aperfeiçoamento das práticas administrativas caminham juntos. Nesse sentido, marque a assertiva que correlaciona corretamente os conceitos relacionados a seguir:

- I. É aquela exercida por meio do controle mútuo (“check and balances”) entre os Poderes da República ou por meio de órgãos autônomos, tais como as controladorias e os tribunais de contas.
 - II. É o controle exercido pela população sobre os políticos e governos. Seus principais mecanismos são o voto e a ação popular, de modo que também é conhecido como *accountability* democrático ou eleitoral.
 - III. É o controle exercido pela sociedade civil, sendo representada por ONGs, sindicatos, associações.
1. *Accountability* Societal
 2. *Accountability* Vertical
 3. *Accountability* Horizontal
- a) I-1 / II-2 / III-3
 - b) I-3 / II-2 / III-1
 - c) I-2 / II-3 / III-1
 - d) I-3 / II-1 / III-2
 - e) I-2 / II-1 / III-3

Comentários

- **Accountability Horizontal**

É aquele que pressupõe um equilíbrio nos lados, exercida por meio do controle mútuo (“check and balances”) entre os Poderes da República (que são “iguais”, em *status* constitucional) ou por meio de órgãos autônomos, tais como as controladorias e os tribunais de contas.

- **Accountability Vertical**

É o controle exercido pela população sobre os políticos e governos, ou seja, pressupõe uma ação entre desiguais. Seus principais mecanismos são o voto e a ação popular, de modo que também é conhecido como accountability democrático ou eleitoral.

- **Accountability Societal**



É o **controle exercido pela sociedade civil**, sendo representada por **ONGs, sindicatos, associações**. Estas instituições buscam, por meio de pressões e denúncias, impulsionar os órgãos de controle a fim de que sejam apuradas possíveis irregularidades detectadas.

Gabarito: B

2. A principal questão enfrentada pelo Estado brasileiro, após a redemocratização, tem sido harmonizar as crescentes demandas sociais com condições de governança. A ideia de gestão pública eficaz, hoje, pressupõe a realização dos direitos fundamentais e sociais constitucionalmente assegurados, a presença concreta do caráter democrático traduzido no desenho institucional da gestão e o permanente diálogo entre ambiente público e a sociedade. É inquestionável que as transformações ocorridas no aparelho do Estado brasileiro e que desaguam na gestão pública contemporânea interessam ao estudo de todas as formas de *accountability*. Nesse sentido, marque a opção que contém hipóteses de *accountability* vertical e societal.
- a) Controle de legalidade de ato administrativo efetuado pelo Poder Judiciário. Controle social realizado por cidadão ao ingressar com ação popular.
 - b) Controle efetuado pelo Tribunal de Contas sustando ato administrativo por suposta irregularidade. Controle social realizado por cidadão ao ingressar com ação popular.
 - c) Controle social realizado por cidadão ao ingressar com ação popular. Denúncia ao Ministério Público efetuado por jornal acerca de fraude em contratação de servidores comissionados.
 - d) Controle de legalidade de ato administrativo efetuado pelo Poder Judiciário. Denúncia ao Ministério Público efetuado por jornal acerca de fraude em contratação de servidores comissionados.
 - e) Controle efetuado pelo Tribunal de Contas sustando ato administrativo por suposta irregularidade. Denúncia ao Ministério Público efetuado por jornal acerca de fraude em contratação de servidores comissionados.

Comentários

Primeiramente, é importante notar que o controle social não é exatamente sinônimo de *accountability* societal. A **ação popular é um instrumento do *accountability* vertical e uma forma de controle social**. Vamos às hipóteses da questão:

Controle de legalidade de ato administrativo efetuado pelo Poder Judiciário: decorre do controle mútuo ("check and balances") entre os Poderes da República (***accountability* horizontal**).

Controle social realizado por cidadão ao ingressar com ação popular: Exercido pela população sobre os políticos e governos (ação entre desiguais) (***accountability* vertical**).

Controle efetuado pelo Tribunal de Contas sustando ato administrativo por suposta irregularidade: decorre do controle mútuo ("check and balances") entre os Poderes da República (***accountability* horizontal**).



Denúncia ao Ministério Público efetuado por jornal acerca de fraude em contratação de servidores comissionados: exercido pela sociedade civil (imprensa) por meio de denúncia (**accountability societal**).

Gabarito: C

3. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso. Sobre as restrições de acesso à informação, marque a assertiva incorreta:
- a) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
 - b) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são de vinte e cinco anos, no caso de informação ultrassecreta, de quinze anos, no caso de informação secreta, e de cinco anos, no caso de informação reservada.
 - c) Alternativamente aos prazos previstos para restrição de acesso à informação, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, ainda que este ocorra após o transcurso do prazo máximo de classificação.
 - d) As informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação.
 - e) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Comentários

Conforme estabelece o art. 23 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;



VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Ainda segundo a referida norma, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, **poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.**

Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - **ultrassecreta**: 25 (vinte e cinco) anos;

II - **secreta**: 15 (quinze) anos; e

III - **reservada**: 5 (cinco) anos.

Alternativamente aos prazos supra, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a **ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.**

As informações que puderem colocar em risco a segurança do **Presidente e Vice-Presidente da República** e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como **reservadas** e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

O gabarito fica por conta da **assertiva C**, que erroneamente afirma que poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, **ainda** que este ocorra **após** o transcurso do prazo máximo de classificação.

Gabarito: C

4. Sobre a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei de Acesso à Informação autoriza o órgão público a fazer exigências ao requerente referente aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- b) A Lei de Acesso à Informação abrange as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos.
- c) O acesso a informações junto a órgãos e entidades do Poder Público, na forma disciplinada pela Lei de Acesso à Informação, não engloba auditorias ou tomadas de contas em curso no âmbito de órgãos de controle interno e projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.



- d) A Lei de Acesso à Informação abrange somente a Administração direta e indireta do Poder Executivo.
- e) A Lei de Acesso à Informação prevê a observância do sigilo como preceito geral, o qual, no entanto, pode ser excepcionado.

Comentários

a) ERRADA. Segundo o art. 10, § 3º, da LAI, são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

b) CERTA. É o que determina o art. 2º da LAI. Vale ressaltar, no entanto, que as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos para a realização de ações de interesse público somente estão submetidas à publicidade na **parcela relativa aos recursos públicos recebidos e à sua destinação**.

c) ERRADA. O direito ao acesso aos resultados de auditorias ou tomadas de contas em curso no âmbito de órgãos de controle interno é expressamente previsto no art. 7º, VII, b, da LAI.

No entanto, de acordo com art. 7º, § 1º, da Lei nº 12.527/2011, de fato o acesso à informação não compreende as informações referentes a **projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**.

d) ERRADA. **Todos os órgãos públicos de todos os Poderes** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como o Ministério Público, sujeitam-se ao regime da LAI.

e) ERRADA. São cinco as diretrizes elencadas no art. 3º da LAI, sendo uma delas (inciso I) a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Gabarito: B

5. Sobre os processos participativos de gestão pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A participação social está entre as formas de se promover centralização do processo decisório, pois cada ator social toma decisão a respeito do que lhe cabe.



b) Embora debates, audiências e consultas públicas acerca de propostas de planos plurianuais, de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual devam ser incluídos em uma gestão orçamentária participativa, sua realização não representa condição obrigatória para a aprovação desses dispositivos na câmara municipal.

c) Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, por representarem a concreta participação da sociedade na formulação e execução de políticas públicas, devem ser integralmente compostos de representantes da sociedade civil.

d) Controle e participação social podem ocorrer tanto no planejamento quanto na execução das ações de governo.

e) O orçamento participativo é uma técnica orçamentária caracterizada pela participação da sociedade, em substituição ao poder público, como agente elaborador da proposta orçamentária que é posteriormente enviada ao Poder Legislativo.

Comentários

a) **ERRADA.** A participação social está entre as formas de se promover ~~centralização~~ **descentralização** do processo decisório.

b) **ERRADA.** Conforme a LRF, as propostas de planos plurianuais, de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

A transparência será assegurada também mediante:

- incentivo à **participação popular e realização de audiências públicas**, durante os processos de elaboração e discussão dos **planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos**;
- liberação ao **pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real**, de informações pormenorizadas sobre a **execução orçamentária e financeira**, em meios eletrônicos de acesso público; e
- adoção de **sistema integrado de administração financeira e controle**, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União

Portanto, a realização de debates, audiências e consultas públicas durante a elaboração das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) é obrigatória!

c) **ERRADA.** Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são canais institucionais formados por representantes da sociedade civil e poder público em **composição paritária**, cuja atribuição é a de propor diretrizes, fiscalizar, controlar e deliberar sobre políticas públicas. São **instâncias deliberativas** e de **controle social (accountability societal)**. Embora **ligados à estrutura do Poder Executivo**, não são a ele subordinados, sendo **autônomos nas suas decisões**.

d) **CERTA.** Ainda que sejam conceitos diferentes e possuam diferentes formas de efetivação, quanto ao aspecto temporal, de fato o **controle** e a **participação social** podem ocorrer tanto no planejamento quanto na execução das ações de governo.



e) ERRADA. O **orçamento participativo** é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a **população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços** a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele **estimula** o exercício da **cidadania**, o **compromisso da população com o bem público** e a **corresponsabilização entre governo e sociedade** sobre a gestão da cidade.

Portanto, no **orçamento participativo**, trata-se de uma atuação conjunta, e não de uma substituição, entre sociedade e poder público.

Gabarito: D



CONCLUSÃO

Prezados, encerramos aqui mais um Passo Estratégico.

Aproveitem a oportunidade para revisar os erros e dúvidas que surgiram ao longo da realização do simulado.

Um grande abraço,

Gustavo Garcia

Vinicius de Oliveira



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.